

O DESENVOLVIMENTISMO NA PRÉ-AMAZÔNIA: O CASO DA REGIÃO DO BICO DO PAPAGAIO NO NORTE DO ESTADO DO

OLIVEIRA, Jorlan Lima¹

RESUMO

Por fazer parte da Amazônia legal, a Região do Bico do Papagaio (RBP), localizada no extremo norte do estado do Tocantins está sujeita a mesma dinâmica desenvolvimentista que foi adotada pelo Estado para a Amazônia. Essa estratégia proporcionou que a região recebesse diversos projetos de grande porte, com intuito de torná-la competitiva aos moldes do mercado internacional. Deste modo, o estudo se propõe demonstrar as principais iniciativas de cunho desenvolvimentista que foram, e estão sendo empreendidas pelo Estado em conjunto com o capital na RBP. Para responder esta questão foi realizada uma pesquisa descritiva com base numa revisão bibliográfica e documental. A implantação dos grandes projetos como construção de rodovias, hidrelétricas e ferrovias, além do incentivo a monocultura como a soja e atualmente o cultivo

¹ Mestrando pelo programa de pós-graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia, da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA. Email: jorlan.oliveira.jlo@gmail.com.

do eucalipto, são iniciativas típicas de um modelo de desenvolvimento que beneficia pequenos grupos, em contrapartida, os impactos decorrentes dessa dinâmica: desapropriações, conflitos de terras e agressão ao meio ambiente são o saldo que as comunidades locais recebem em troca.

Palavras-chave: Desenvolvimentismo, Bico do Papagaio, Amazônia.

The DEVELOPMENTALISM IN PRE- AMAZON: THE CASE OF THE PARROT'S BEAK REGION OF THE NORTHERN STATE OF TOCANTINS

ABSTRACT

To be part of the legal Amazon, Parrot's Beak Region (RBP), located at the northern end of the state of Tocantins is subject to the same dynamics developmentalist which was adopted by the state to the Amazon. This strategy provided that the region received several large projects, aiming to make it competitive on the international market molds. Thus, this study aims to demonstrate the main developmental nature of initiatives that have been and are being undertaken by the State in conjunction with the capital in RBP. To answer this question a descriptive research was based on a literature and document review. The implementation of large projects such as construction of roads, dams and railways, besides encouraging monocultures like soy and currently eucalyptus cultivation, are typical initiatives of a development model that benefits small groups, against match, the impacts of this dynamic: expropriations, land conflicts and damage to the environment are the balance that local communities receive in return.

Key Words: Developmentalism, Parrot's Beak, Amazon.

1. INTRODUÇÃO

O ato de estudar o processo de ocupação da Amazônia é entender o quanto o Estado e o capitalismo caminham juntos, seu movimento é intenso, agressivo e detém um foco específico: torná-la produtiva nos moldes do desenvolvimento adotado há décadas que visa o crescimento produtivo de determinada região. Para isso é necessário que o Estado, com todo o seu aparato político, coercitivo e administrativo possa proporcionar condições para que os investidores nacionais e internacionais não tenham dificuldades para empreender.

Com objetivo de tornar a região competitiva para atender as demandas do mercado foi necessário desencadear medidas estruturantes que a tornasse atrativa, com isso, o Estado visando atrair investimentos: abriu rodovias, federalizou áreas para futuras concessões, construiu hidrelétricas, ferrovias, disponibilizou benefícios fiscais, linhas de financiamento e outras. Porém, essas iniciativas trouxeram consigo uma gama de consequências: a proletarianização do camponês, conflitos, degradação de rios e matas, expulsão

dos povos de suas localidades de origem (CONGILIO, 2015).

Ao olharmos a Região do Bico do Papagaio (RBP)¹, localizada no extremo norte do estado do Tocantins, podemos perceber uma dinâmica semelhante, não é de ser diferente, pois a região faz parte da Amazônia, inclusive recebeu e recebe diversos projetos de infraestrutura visando seu crescimento econômico, sendo utilizada a mesma lógica criticada acima.

O projeto de expansão do capitalismo ganhou força nessa região, em parte está ancorado em questões que remetem a sua divisão com o estado de Goiás, pois o norte do estado era considerado esquecido, subdesenvolvido e pouco produtivo, onde detinha uma economia baseada na subsistência, na agricultura camponesa, no extrativismo e forte influência de oligarquias latifundiárias (CLEMENTINO E MONTE-MÓR, 2004). Ademais, essas características

¹ Região pertencente ao extremo norte do estado do Tocantins, localizada entre Rio Tocantins e o Rio Araguaia, faz divisa com os estados do Maranhão e Pará. É considerada uma área de transição entre o cerrado e a floresta amazônica, atualmente e composta por 25 municípios e possui mais de 200 mil habitantes, adaptado de (IBGE, 2010).

são consideradas “estigmas” que não podem ser vinculados a um estado que possui pretensões de tornar-se industrializado essa concepção serve como motivador para que o Estado não meça esforços para abrir a região ao desenvolvimento capitalista.

Com base nas considerações apresentadas, este artigo tem por objetivo demonstrar as diversas formas que a política desenvolvimentista empreendida pelo Estado em conjunto com capital se materializam na Amazônia,

2. MÉTODOS

Com intuito de fundamentar teoricamente este estudo foi realizada uma pesquisa descritiva de cunho qualitativo. A base bibliográfica deste estudo foi embasada a partir da análise de trabalhos científicos debatidos durante disciplina, Estado e Dinâmicas Socioambientais ², onde autores como Carnoy (1988); Saes (1987) e Congilio (2015) trabalham a questão do Estado e sua atuação no processo de manutenção do capitalismo. Utilizamos também os

² Disciplina cursada no segundo período do Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia, um dos seus objetivos foi discutir as dinâmicas e os impactos sociais da expansão do capitalismo na Amazônia.

particularmente, na RBP. Deste modo, o trabalho justifica-se pela necessidade de ampliar as discussões acerca das iniciativas de desenvolvimento empreendidas na região, pois entendemos que há um movimento de naturalização desse processo, que tende a justificar o crescimento econômico e atenuar os significativos impactos que são causados, ademais, é necessária a constante sensibilização tanto da comunidade acadêmica, quanto de toda a sociedade sobre esse tema.

estudos de Hébette e Marin (2004a e 2004b); Picoli (2006); Petit (2003) que dedicaram seus trabalhos para retratar e debater os impactos da atuação do capital na região amazônica.

Este trabalho baseia-se numa análise de documentos relacionados ao processo desenvolvimentista do Estado do Tocantins, os mesmos foram retirados de sítios eletrônicos do Governo do Estadual. O recorte temporal se deu entre os anos de 2009 a 2015, onde foram escolhidos reportagens e documentos relacionados ao tema da pesquisa. Nesse processo foram selecionados

como objeto de investigação: Mapa do Tocantins (2009), Atlas do Tocantins,

(2012), reportagem da SEAGRO (2015).

3. O ESTADO E O CAPITAL CÚMPLICES DE UM PROJETO PARA A AMAZÔNIA

É difícil olhar para uma série de acontecimentos que marcaram o desenvolvimento da Amazônia e não perceber a atuação incisiva do capital nesse processo. A transformação de um território que era considerado um vazio demográfico e fora da realidade industrial vivenciada pelo sudeste brasileiro, era necessário que ocorresse, pois a região necessitava atender as novas tendências que o mercado e a política internacional demandavam. Ademais, essas investidas do capital na Amazônia ocorreram sob a tutela do Estado, que de forma ativa preparou o terreno para que o desenvolvimento chegasse a essa região, longe de acharmos que essa dinâmica é recente e muito pior, inovadora.

Com base nestes pressupostos, uma questão é necessária de ser discutida neste momento: qual o papel do Estado e do capital nessa dinâmica? Antes, se faz necessário entendermos de que Estado estamos falando, para assim deixar o leitor

ciente dos rumos que serão tomados nesta discussão, de início utiliza-se os argumentos de Congilio:

No tempo real, presente e pretérito da expansão capitalista em territórios amazônicos, o Estado se agiganta, produz ideologia, assegura a ordem, financia empresas e imensas obras de infraestrutura e ainda conduz a uma proletarianização imensa de trabalhadores do campo, garantindo que o capital se assenhere das terras e dos recursos naturais (CONGILIO, 2015, p.05).

A autora em seu artigo reforça que o Estado para assegurar que o capitalismo entranhasse na região amazônica, desenvolveu uma série de iniciativas que beneficiaram os grandes investidores privados. A exploração mineral, florestal e o sucateamento da força de trabalho são as principais consequências dessa investida, com intuito de manter essa dinâmica em funcionamento o Estado subserviente ao capital, desenvolveu políticas que tinham como propósito a manutenção dos interesses de poucos,

em detrimento de uma coletividade (CONGILIO, 2015).

Quando questionamos a concepção ideológica de Estado, nos referimos ao Estado Capitalista, este detém a necessidade de propagar as iniciativas do capital não importando as consequências que nascerão desse processo.

É importante entender que essa atuação estatal não é feita de forma explícita e favorável somente ao capital, pois existem situações incontroláveis nessa dinâmica, pois hora ou outra, emergem resistências de grupos menos favorecidos, os quais em determinado momento conseguem alcançar seus interesses em oposição aos interesses dominantes. Contudo, o Estado trabalha focado nos interesses particulares dos grandes grupos que o compõe e o apadrinham, e, essas resistências acabam sendo minadas com o tempo. Aliás, essa ideia de um Estado favorável às investidas do capital, com vistas ao desenvolvimento econômico e social, há tempos é fruto de intensas discussões por vários pensadores.

Sobre este assunto nos reportamos aos estudos de Carnoy (1988), ao elaborar um trabalho relevante sobre a doutrina liberal, onde

aborda os ideais capitalistas defendidos por Adam Smith, onde o mesmo afirma que para ele, os homens eram moldados pelo desejo de posses e dinheiro, este desejo que os impulsionava a viver e buscar seus objetivos. Essa necessidade econômica faria com que todos os homens conseguissem alcançar uma condição melhor de vida, detalhe, o fruto dessa ideologia nasceria a partir das investidas individualistas do homem.

Assim explica que ao juntar todos os homens que lutam de forma individual para garantir seu crescimento econômico, faz-se emergir uma interação social que proporcionará, digamos, por atração sinérgica, a melhoria de vida de toda uma coletividade, isso correria em um ambiente de mercado sem a intervenção do Estado, essa reação foi chamada por Smith de a “mão invisível³” (CARNOY, 1988, p.39).

Então, onde está o papel do Estado neste contexto idealizado por Smith? Tendo em vista o processo de industrialização da Europa e os constantes conflitos impulsionados pela classe trabalhadora, Carnoy

³ Ver a obra de Adam Smith, “A riqueza das Nações, 1988”.

(1988, p. 44-45), ressalta que os trabalhos de James Mill e Bentham, enfatizavam o surgimento de um Estado que “criasse leis, tanto civis como criminais (...) capazes de estabelecer a ordem necessária, de acordo com o princípio da ética utilitarista”. Como podemos perceber, o ideal não intervencionista do Estado deu lugar a um Estado que realizasse intervenções pontuais, a fim de garantir o bom funcionamento do mercado e por consequência estaria proporcionando a garantia de crescimento de toda a sociedade.

No entanto, esse ponto de equilíbrio entre liberdade econômica e intervenção do Estado nunca foi encontrado, fazendo com que a história das sociedades capitalistas – sobretudo a partir do século XX – fosse marcada por um movimento pendular: ora

mais liberdade de mercado, ora mais intervenção do Estado (COELHO, 2009, p.23).

Esse processo dialético é constante e necessário para a própria manutenção do capitalismo, não podemos nos enganar com as investidas do Estado contra as diversas formas de apropriação dos meios de produção pelo capital, pois essas ações fazem parte de um complexo jogo de interesses. Esse aspecto é intrínseco a dinâmica conciliadora do Estado como assevera Saes (1987, p.19) “o Estado é sempre uma organização especial, um corpo de funcionários cuja função é praticar uma série de atos destinados a amortecer o conflito entre as classes sociais antagônicas” e essa dinâmica pode ser visualizada nos projetos de ocupação da Amazônia.

3.1 A CONCEPÇÃO DE DESENVOLVIMENTO TRAÇADO PARA AMAZÔNIA

A teoria de desenvolvimento que criticamos neste artigo é aquela que de forma única foca no crescimento econômico de determinada região, ou seja, as questões sociais e os possíveis impactos ambientais decorrentes do processo, de forma intencional ficam em segundo plano. Almeida (2010)

desenvolve uma discussão interessante sobre a concepção de desenvolvimento regional.

As concepções tradicionais a respeito de desenvolvimento regional demonstram que a acepção do termo foi concebida como sinônimo de crescimento econômico. Tal modelo traduzia que desenvolvimento estava

intimamente ligado a disponibilidade de capital, recursos materiais e de mão de obra, bem como acessibilidade de tecnologias (ALMEIDA, 2010, p.55).

A pesquisadora ainda discute que para esse tipo de estratégia existem muitas críticas, pois um planejamento regional baseado somente em questões de nível econômico não se sustenta, devido existir nessas localidades toda uma complexidade cultural, social e de recursos naturais que podem sofrer impactos irreversíveis. Podemos inferir que essas questões não foram levadas em consideração no processo de industrialização da Amazônia.

Interessante observar que o processo de exploração do território Amazônico na atualidade é semelhante ao que ocorria há séculos atrás, ou seja, os recursos minerais e florestais quando não saqueados, como o caso das sementes de seringueiras “levadas para Londres, por Henry Wickham, (...) que deram origem a milhões de hectares na Malásia” (Picolli, 2006, p.29); outros, são oficialmente legalizados pelo Estado, como o caso da mineradora Vale, que realiza sua extração causando graves impactos ambientais

e, depois revende a preços irrisórios o ferro e demais *commodities* para o mercado externo, os quais são revendidos para o país a preços exorbitantes.

Quando pensamos no processo de desenvolvimento amazônico, Aragón (2015) debate alguns desafios que estão vigentes e necessitam ser enfrentados, precisamente são 13 pontos debatidos pelo autor. Mas, para complementar nosso pressuposto anterior, utilizaremos um ponto específico do seu trabalho, o terceiro: “É fundamental reconhecer e estar ciente de que o conhecimento tornou-se uma poderosa ferramenta de dominação e um produto rentável” (ARAGÓN, 2015, p.7).

O autor ressalta que devido o grande potencial da Amazônia o conhecimento sobre suas particularidades e complexidades deve ser debatido no âmbito social e científico, pois esse conhecimento aplicado com foco no desenvolvimento sustentável trará vários benefícios à região, o saber desvelará o imaginário que foi criado: Amazônia, terra da abundância. A nosso ver essa iniciativa será uma forma de resistência à política de economia de enclave que é empreendida na região

e também uma forma de acabar com a noção da “maldição da abundância” como ressalta Aragón (2015) referindo-se aos trabalhos de Milton Santos:

Caracterizar os riscos que correm os países pobres onde se descobrem recursos naturais objeto de cobiça internacional. A promessa de abundancia e tão convincente que passa a condicionar o padrão de desenvolvimento. Eis os riscos: crescimento do PIB em vez de desenvolvimento social; corrupção generalizada da classe política; aumento em vez de redução da pobreza; polarização crescente entre uma pequena minoria super-rica e uma imensa maioria de indigentes; destruição ambiental e sacrifícios incontáveis as populações onde se encontram os recursos em nome de um “progresso” que estas nunca conhecerão; criação de uma cultura consumista que e praticada apenas por uma pequena minoria urbana, mas imposta como ideologia a toda a sociedade. Em suma, os riscos são que, no final do ciclo da orgia dos recursos, o pais esteja mais pobre do que no seu inicio (SANTOS 2012, apud ARAGÓN, 2015, p. 7-8).

De forma aparente, o processo de desenvolvimento da Amazônia é semelhante, o que fica evidente é o fato que esse processo não é para beneficiar toda a sociedade, mas sim,

uma pequena parcela rica. Podemos citar que as principais investidas do capital na Amazônia se deram por meio da implantação dos grandes projetos: Usinas Hidrelétricas, linhas de transmissão, o agronegócio/monocultura, rodovias, o Projeto Grande Carajás (PGC) como forma de justificar o desenvolvimento da região. Para isso, o Estado teceu uma rede complexa de iniciativas visando concretizar esse plano, em primeiro lugar lançou vários projetos que possibilitasse o financiamento à acumulação privada, como a criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAN), o Banco da Amazônia (BASA), além dos incentivos fiscais concedidos aos capitalistas (HÉBETTE e MARIN, 2004a e PICOLLI, 2006).

Integrar a Amazônia ao capitalismo significa inseri-la, plena e definitivamente, no mercado nacional e internacional, nas trocas mediadas pelo dinheiro sob a égide do capital industrial e financeiro. Significa transformar seus recursos naturais em valores que pudessem ser incorporados ao circuito das trocas monetárias (...). Isso não podia ser realizado sem a mobilização do trabalho que valorize esses recursos (terra, mata, minério), isto é, sem a formação de um mercado de força de

trabalho (HÉBETTE e MARIN, 2004a, p.62).

Com essas iniciativas a partir das décadas de 60 e 70 cresceu o movimento de pessoas migrando de diversos Estados para região, juntamente se formou uma estrutura comercial que se solidificava, como “escritórios de engenharia, construtoras, fabricantes de equipamentos, aeroportos modernos, portos” entre outras iniciativas que viabilizariam o deslocamento tanto de força de trabalho, especializada ou

não, quanto de bens de consumo e maquinários.

Sendo assim, a segunda parte desse trabalho realizará uma discussão sobre essa dinâmica acontecendo em uma localidade específica, para isso utilizaremos como objeto a RBP localizada no extremo norte do Estado do Tocantins, região que é considerada como pré-Amazônia, uma das portas de entrada para o estado do Pará e Maranhão.

4. A DINÂMICA DESENVOLVIMENTISTA NO BICO DO PAPAGAIO

A RBP recebeu essa designação por conta de possuir um formato semelhante à de um bico de papagaio, ave predominante na região. O ponto que propicia essa ocorrência se dá pelo encontro entre os Rios Tocantins e Araguaia, formando um só rio, o Tocantins, este encontro ocorre precisamente na cidade de Esperantina no extremo norte do estado, essa fusão define a sua característica geográfica diferenciada. De forma vulgar o extremo norte do estado é também conhecido como o “funil” devido ser porta de entrada para o estado do Pará.

Por fazer parte da Amazônia Legal a RBP foi palco de intensos conflitos envolvendo questões de terra devido o processo de grilagem e das desocupações empreendidas, essa situação foi deflagrada de forma intensa a partir da construção da rodovia Belém-Brasília, fruto do projeto governamental para ampliar os níveis de escoamento da produção e entrada de recursos visando a integração da região ao restante do país.

A região do Bico do Papagaio passa a ser alvo de investimentos governamentais para inseri-la no cenário político e econômico do país. A implantação de grandes rodovias como a BR 153

(Belém-Brasília, construída em 1958); PA 070 (ligando Marabá a Belém-Brasília), PA 150 (ligando Belém ao Sul e Sudeste do Pará) e a BR 230, mais conhecida como Transamazônica (construída na década de 70), facilitaram o acesso à região e vieram novos fluxos migratórios de diversos estados brasileiros, grande maioria do nordeste (TAMBA, 2009, p.49).

Os impactos foram sentidos de imediato na região, grandes massas de pessoas se deslocaram para o RBP, muitas oriundas de outros processos que ocorreram de forma semelhante em outros estados. Não sabendo eles que o futuro que os esperava não era diferente do que vivenciaram, ou seja, desapropriação de terras, conflitos e mortes, “ocorreu na prática à concentração da terra, o empobrecimento das massas e a expropriação da terra (...) a implantação dos grupos econômicos (...), a proletarianização dessas massas oprimidas” (PICOLI, 2006, p.38).

Em visão complementar a este fato, Hébette e Marin (2004b, p.96), ressaltam que a abertura da Belém-Brasília modificou a dinâmica econômica da região, antes a maior parte dos moradores trabalhava na lavoura, depois, com a entrada de pequenas e médias empresas que

seguiram as obras, criou-se um setor que ele denominou de “baixo terciário”. Surgiu a necessidade de serviços como de “lavadeira, barbeiro, pedreiro, carpinteiro, cobridor de casas” para atender a nova demanda que serviços. Em uma detalhada análise dessas informações, Hébette (2004b) constata que boa parte da mão de obra foi retirada do campo, famílias que trabalhavam na lavoura, perceberam que poderiam complementar a renda com o trabalho na cidade ou até substituir o trabalho na lavoura.

Com efeito, ao olhar essa perspectiva, nos arriscamos inferir que em curto prazo, essa emergência econômica tornou-se uma oportunidade para obtenção de uma renda complementar, no entanto, essa dinâmica facilitou com que a iniciativa privada, foco do projeto governamental para atuar na região, adquirisse com mais facilidade mão de obra barata e pequenas propriedades rurais, esse fato se deu a partir da criação de um imaginário que a profissionalização fora do ambiente rural seria uma solução para os problemas econômicos, conseqüentemente, o desenvolvimento da região.

Ao passo que surgiam novas atividades econômicas decorrente da

construção da rodovia, no mesmo ritmo nasciam várias cidades. Almeida (2010) apresenta dados que atestam essa transformação: em 1970 existiam 12 municípios na região, 23 anos depois, em 1993, havia 35 municípios. Vale lembrar que a emancipação de muitos povoados em cidades se deu a partir da criação do Estado, como estratégia para consolidação do território e até mesmo para garantia de futuras arrecadações. Conforme projeções do IBGE (2010) atualmente a RBP possui cidades que não chegam a 3 mil habitantes, como o caso de Luzinópolis, Santa Terezinha e Cachoeirinha, muitas dependentes de recursos federais e estaduais e do capital/agronegócio para sobreviverem.

De maneira geral a população da RBP vem crescendo e concentrando-se em cidades como Araguatins, Augustinópolis, Tocantinópolis e Xambioá, este fato não diminui a dependência dos municípios às iniciativas do capital. Com baixos níveis de arrecadação e pouco protagonismo econômico, muitos municípios “desejam” os investimentos do agronegócio: os grandes pecuaristas, os produtores de monoculturas como a soja e

atualmente empresas que cultivam o eucalipto para atender basicamente duas expressivas demandas da região: a produção do carvão para atender o polo siderúrgico de Marabá, com foco na exportação e ao mercado emergente que nasceu com a vinda da empresa Susano Celulose e Papel na cidade de Imperatriz, estado do Maranhão. Estas empresas vislumbraram uma oportunidade de investimento rentável, e detalhe, financiada pelo Estado.

Em uma busca no site da Secretaria de Agricultura e Pecuária do estado do Tocantins – SEAGRO ficou claro a nova empreitada do capital, típico das iniciativas de desenvolvimento para a Amazônia. A reportagem possui o seguinte título: “projeção aponta 710 mil hectares ocupados por reflorestamento no TO”. A matéria do ano de 2012 ressalta que naquela época o Tocantins contava com 83 mil hectares de “florestas” de eucalipto plantadas em 230 fazendas, com projeção de até em 2016 alcançar 710 mil hectares (SEAGRO, 2012).

Em continuidade é informado que a RBP possui algumas cidades que se destacam como: Darcinópolis (5.888 mil habitantes), São Bento (5.096 mil habitantes) e Xambioá

(11.709 mil habitantes) no plantio do eucalipto. Ademais, no ano citado os investimentos chegaram a R\$ 310 milhões de reais, gerando 6 mil vagas, com estimativa para os próximos anos chegar ao número exorbitante de R\$ 20 bilhões de reais, estimando 43 mil vagas de emprego (SEAGRO, 2012).

É evidente a importância dada para estes projetos no Tocantins, como ressalta o Secretário da SEAGRO: “a SEAGRO está de portas abertas para as pessoas interessadas nesse tipo de investimento”. Podemos até interpretar que todos que possuem terras podem investir, mas, o principal foco é o grande investidor, o pequeno sendo seduzido pela oportunidade e pelo marketing econômico, com o tempo no máximo arrendará suas terras para as grandes empresas.

Ressaltamos a quantidade de habitantes nessas cidades para evidenciar o movimento que o capital está fazendo ao migrar para elas. O primeiro motivo é a facilidade de financiamento por parte do governo, depois as deduções fiscais; outro ponto fica por conta da avidez dos gestores pela arrecadação do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN; outro interesse estratégico é o tamanho dos territórios desses

municípios: Darcinópolis, área territorial de 1.639,162 km², detalhe, está às margens do Rio Tocantins; São Bento do Tocantins, área territorial de 1.105,901 km², próximo ao Rio Araguaia e Xambioá, área territorial 1.186,428 km², às margens do rio Araguaia (IBGE, 2010).

É nosso propósito trazer essas questões ao debate e reflexão social e acadêmica, pois achamos necessário que sejam realizadas mais pesquisas com foco nessa nova atuação do capital na RBP, pois se depreende que existam impactos ambientais, sociais e econômicos para as populações que ali vivem a exemplo dos camponeses, os quais lutam pela manutenção do meio produção necessário para a ampliação de seu sustento e vida, a terra.

É provável que nessa relação de conflito ocorra arrendamento de terras, desapropriações, proletarização de camponeses, estratégias que há tempos são recorrentes na Amazônia, ou seja, a dinâmica não muda e o pior, inculcam que essas iniciativas são necessárias e as únicas para garantir o crescimento da região.

De fato, são muitos os projetos que fazem parte das iniciativas de desenvolvimento do estado,

utilizaremos os estudos de Clementino e Monte-Mór (2009) para evidenciar alguns destes que estão ou sendo implantados ou funcionando na RBP:

Dos programas Avança Brasil, Eixos de Desenvolvimento e Brasil em Ação, a Região do Bico do Papagaio é diretamente afetada, em escalas diversas, pelos seguintes projetos: Plataforma Multimodal de Aguiarnópolis, UHE Luis E. Magalhães, Rio Tocantins; UHE de Estreito, no Rio Tocantins; UHE de Serra Quebrada, no Rio Tocantins; UHE de Santa Isabel, no Rio Araguaia; Projeto Sampaio; Hidrovia Araguaia – Tocantins e Ferrovia Norte-Sul (CLEMENTINO E MONTE-MÓR, 2009, p.9).

Esses projetos desenvolvimentistas evidenciados pelos pesquisadores refletem a realidade da RBP e de todo o estado, ou seja, prepará-lo para atrair investidores que queiram instalar seus empreendimentos na região. A ideia

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O exercício de observar a relação existente entre o capital e o Estado nos deixa perplexo, pois a ideia difundida em todos os cantos da sociedade moderna é de um Estado do povo e para o povo. De forma

de uma Amazônia aberta e receptiva a todos os interessados que queiram investir é pertinente e constante. O governo do estado lançou o Atlas do Tocantins (2012), onde reforça o potencial logístico do estado, enfatizando o seu potencial hidrelétrico, rodoviário, ferroviário e hidroviário.

O discurso neste documento oficial é enfático ao afirmar que os empreendimentos que estão em fase de implantação, fazem parte dos atrativos que o governo possui para atrair investidores externos, a questão que nos preocupa está relacionada aos projetos que causam impactos irreversíveis a flora e fauna, a exemplo das hidrelétricas e o Projeto Sampaio, projetos complexos e que demandam uma série de estudos antes de serem colocados em funcionamento, no entanto, não é isso que ocorre na prática.

infeliz entendemos ao passo que desenvolvíamos este artigo que não é bem assim. Fica mais fácil identificar essa concepção errônea quando analisamos a dinâmica do capital e do Estado em um determinado território,

como foi o caso da Amazônia, de forma específica a Região do Bico do Papagaio, no estado do Tocantins.

Entender que a região Amazônica faz parte de um processo de exploração capitalista, onde o Estado por meio de seu aparato coercitivo (força militar), e, ideológico (políticas públicas) proporciona estratégias que visam facilitar as empreitadas do capital com vistas ao desenvolvimento econômico, nos responde o porquê da questão levantada no parágrafo anterior é pertinente. A relação entre o Estado e o capital traz em seu bojo diversas reverberações que emanam de sua atuação, como a proletarianização, conflitos e destruição da flora e fauna. Interessante perceber que independente da localidade onde atua o efeito é o mesmo.

Com base nisso, pudemos evidenciar a ocorrência desse processo em toda a Amazônia, inclusive na Região do Bico do Papagaio, objetivo deste estudo. Observamos as ações empreendidas pelo governo federal e estadual visando atrair investidores, como a construção da rodovia BR-010, as inúmeras hidrelétricas no rio Tocantins, a construção da ferrovia

norte-sul, o favorecimento dos grandes investidores em monoculturas (pecuária, soja, eucalipto entre outros). Iniciativas que geraram do ponto de vista econômico, impactos positivos em curto prazo somente para aqueles que investiram nessas grandes obras, ou seja, os conglomerados da iniciativa privada.

O que sobra para a grande maioria das populações que vivem na região é pouco se levarmos em consideração a pequena parcela que se beneficia desses empreendimentos. Seguem algumas questões que não pudemos aprofundar neste trabalho da forma que queríamos: como o caso das resistências populares que emergiram e muitas delas em ações conjuntas com as populações do campo e a igreja católica; a questão dos impactos do “reflorestamento” de eucalipto que aparece como uma tendência na região, o projeto Sampaio entre muitos outros que estão em andamento, todos empreendimentos que necessitam de uma investigação melhor, neste caso deixaremos estas questões para futuras investigações.

Ao final temos a impressão que essas iniciativas desenvolvimentistas não foram benéficas para o Bico do

Papagaio como um todo. Não queremos ser céticos quanto a isso, mas, enquanto permanecer essa dinâmica, que beneficia poucos em detrimento de uma falsa modernização da região, não podemos acreditar em um futuro promissor.

Sendo assim, quanto aos investimentos por parte do governo e do capital para desenvolver a região, queremos ressaltar algumas características que ficaram no silêncio do texto, mas que resistem nos dias atuais: o beneficiamento de estratégias que visem o crescimento econômico sustentável; projetos que integrem outras formas de economia (solidária,

agroecológica, cooperativismo etc), todas em contraponto à capitalista homogeneizadora.

Estas e outras questões são desafios que fazem parte dessa dinâmica, uma realidade ainda muito presente nos dias de hoje, dessa forma encerramos com a crítica de Petit (2003, p.283) “Não é que não concorde com a análise dos “efeitos perversos da modernização centralista, autoritária e conservadora”; o que não compartilho é a ideia de que a intervenção do governo brasileiro (...) simplesmente favoreça o interesse das classes dominantes”.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ruteia Lima. **A formação regional do Bico do Papagaio: regionalização e polarização**. 2010. 125f. Dissertação (Mestrado em geografia regional) – Universidade Federal de Goiás – UFG, Goiás, 2010. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/5062>. Acesso dia 5 de janeiro de 2016.

ARAGÓN, Luis E. **Desenvolvimento amazônico em questão**. Revista Crítica de Ciências Sociais, 107, 2015, p. 5-16. Disponível em: <http://rccs.revues.org/5983>. Acesso dia 6 de janeiro de 2016.

ATLAS DO TOCANTINS: subsídios ao planejamento da gestão territorial. 6. ed. rev. atu. Palmas: Seplan, 2012. 80 p. Disponível em: <http://seplan.to.gov.br/zoneamento/atlas-do-tocantins/>. Acesso dia: 18 de janeiro de 2016.

CARNOY, Martin. **Estado e teoria política**. São Paulo: Papyrus, 1988. (p. 19-61).

CLEMENTINO, Alessandro Medeiros; MONTE-MÓR, Roberto Luís M. **Grandes Projetos e seus impactos e significados na Região do Bico do Papagaio-TO**. Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Caxambu, MG, v. 20, 2004. Disponível em:

http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/PDF/ABEP2004_432.pdf. Acesso dia 8 de janeiro de 2016.

COELHO, Ricardo Corrêa. **Estado, governo e mercado**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2009. 116p.

CONGILIO, Célia R. **Duas faces da mineração no sudeste paraense: o extrativismo minerário como base material do neodesenvolvimentismo**. (2015) mimeo. Apresentado na VII Jornada Internacional de Políticas Públicas, 25 a 28 de agosto de 2015, Universidade Federal do Maranhão – UFMA.

HÉBETTE, Jean e MARIN, Rosa E. Acevedo. **Grandes projetos e transformações na fronteira**. In: HÉBETTE, Jean. Cruzando a Fronteira: 30 anos de campesinato na Amazônia, Vol III. Belém: EDUFPA, 2004a. Cap. 4, (p.61-72).

HÉBETTE, Jean e MARIN, Rosa E. Acevedo. **O impacto da Belém-Brasília e o desenvolvimento do baixo terciário nas zonas urbanas da rodovia**. In: HÉBETTE, Jean. Cruzando a Fronteira: 30 anos de campesinato na Amazônia, Vol I. Belém: EDUFPA, 2004b. Cap. 4, (p.89-106).

IBGE. Cidades. 2010. Retirado de <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=172010&search=tocantins|sao-bento-do-tocantins>. Acesso dia 18 de janeiro de 2015.

MAPA DO TOCANTINS. Disponível: <http://sigma.br.tripod.com/tocantins.htm>. Acesso dia 18 de janeiro de 2016.

PETIT, Pere. **Chão de promessas: elites políticas e transformações econômicas no Estado do Pará pós-1964**. Belém: Pakatatu, 2003.

PICOLLI, Fiorelo. **O capital e a devastação da Amazônia**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. (p. 7-69).

SAES, Décio. **Democracia**. São Paulo: Ática, 1987. (p.7-31).

SEAGRO. **Secretaria de Agricultura e Pecuária do Tocantins. Notícias: Projeção aponta 710 mil hectares ocupados por reflorestamento no To**. Palmas, 2012. Disponível em: <http://seagro.to.gov.br/noticia/2012/2/1/projecao-aponta-710-mil-hectares-ocupados-por-reflorestamento-no-to/>. Acesso dia 19 de janeiro de 2015.

TAMBA, Frank Toshimi. **Avaliação dos impactos econômicos e sociais dos projetos de assentamentos rurais no desenvolvimento do Município de Araguatins**. 2009. 171f. Dissertação (Mestrado em desenvolvimento regional) – Universidade Federal do Tocantins – UFT, Palmas, 2009.

Recebido em: 05/03/2016
Aprovado em: 22/07/2016